

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NO CUIDADO
INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+**

**ANALYSIS OF THE ROLE OF OCCUPATIONAL THERAPY IN THE COMPRE
HENSIVE CARE OF THE LGBTQIAPN+ POPULATION**

Maria Luísa Nunes dos Santos¹
Maria Leticia Neves Gonçalves²
Sabrina Farias de Sousa³
Ana Lorrane Araújo Gomes⁴
Talita Bezerra Pinho da Silva⁵

Resumo: O artigo analisa a atuação da Terapia Ocupacional na promoção da saúde integral da população LGBTQIAPN+, destacando desafios, políticas públicas e práticas inclusivas. Enfatiza o papel da Terapia Ocupacional no enfrentamento da discriminação, na promoção da equidade e na construção de uma sociedade mais justa e acolhedora.

Palavras-chave: População LGBTQIAPN+. Saúde. Terapia Ocupacional.

Abstract: The article analyzes the role of Occupational Therapy in promoting the integral health of the LGBTQIAPN+ population, highlighting challenges, public policies, and inclusive practices. It emphasizes the role of Occupational Therapy in combating discrimination, promoting equity, and building a more just and welcoming society.

Keywords: Health. LGBTQIAPN+ Population. Health. Occupational Therapy.

¹ Discente do Curso Bacharelado em Terapia Ocupacional da Faculdade Princesa do Oeste.
Email: maria.luisa@alu.fpo.edu.br

² Discente do Curso Bacharelado em Terapia Ocupacional da Faculdade Princesa do Oeste.
Email: maria.neves@alu.fpo.edu.br

³ Discente do Curso Bacharelado em Terapia Ocupacional da Faculdade Princesa do Oeste.
Email: sabrina.sousa@alu.fpo.edu.br

⁴ Discente do Curso Bacharelado em Terapia Ocupacional da Faculdade Princesa do Oeste.
Email: Lourrany20188@gmail.com

⁵ Docente do Curso Bacharelado em Terapia Ocupacional da Faculdade Princesa do Oeste.
Email: talita.bezerra@fpo.edu.br

1.INTRODUÇÃO

De acordo com Ramos e Carrara (2006), desde os anos 1980, o movimento homossexual brasileiro passou a expor a violência sofrida por pessoas LGBTQIAPN+, passando a utilizar o termo *homofobia* para definir esses atos. Leony (2006) descreve a homofobia como um ódio constante, que se manifesta em agressões verbais e também em atos de violência física, muitas vezes com grande crueldade.

Para compreender a importância da promoção da saúde para a população LGBTQIAPN+, é fundamental entender o conceito de saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), desde 1946, a saúde é definida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças.

A sigla LGBTQIAPN+ representa uma diversidade de orientações sexuais, identidades de gênero, expressões de gênero e variações corporais que fogem das normas heterocisnormativas. Cada letra da sigla carrega experiências sociais e históricas únicas, marcadas por lutas por reconhecimento, direitos e dignidade. Compreender essa diversidade é fundamental para garantir políticas públicas inclusivas, especialmente no campo da saúde, educação e direitos humanos (GLOSSÁRIO... 2025).

1.1 Composição da Sigla LGBTQIAPN+:

- L- Lésbicas: mulheres que sentem atração por outras mulheres.
- G- Gays: homens que sentem atração por outros homens.
- B- Bissexuais: pessoas que sentem atração por mais de um gênero.
- T- Transgêneros e transexuais: pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído no nascimento.
- Q- Queer: termo guarda-chuva para identidades e expressões de gênero dissidentes.

- I- Intersexo: pessoas que nascem com variações nas características sexuais que não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino.
- A- Assexuais: pessoas que não sentem atração sexual ou têm pouca ou nenhuma necessidade de relacionamentos sexuais.
- P- Pansexuais: pessoas que sentem atração por indivíduos independentemente de seu gênero.
- N – Não binárias: pessoas que não se identificam exclusivamente como homem ou mulher.
- + – Representa outras identidades e variações que não estão explicitamente mencionadas, reconhecendo a constante ampliação do entendimento sobre gênero e sexualidade.

Diversos programas, projetos e ações têm sido desenvolvidos por governos, ONGs e instituições para atender populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua, comunidades indígenas, quilombolas e a população LGBTQIAPN+. Essas iniciativas buscam reduzir desigualdades no acesso a direitos básicos, como saúde, educação, moradia e segurança.

No campo da saúde, destacam-se ações como o Consultório na Rua (para pessoas em situação de rua), as Casas de Acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+ expulsas de casa, e o fortalecimento da Atenção Básica em áreas remotas. Além disso, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, criada pelo Ministério da Saúde, visa garantir o acesso equitativo e humanizado dessa população ao SUS.

Outras ações incluem campanhas de prevenção às ISTs com linguagem inclusiva, capacitação de profissionais de saúde para o atendimento sem discriminação, além de iniciativas locais de acolhimento e promoção de direitos.

OBJETIVO GERAL

Analisar as práticas de cuidado em saúde voltadas para a população LGBTQIAPN+, com foco nos desafios enfrentados por essa população no acesso aos serviços de saúde, nas potencialidades das práticas de cuidado e nas políticas públicas que visam garantir a equidade e a integralidade no

atendimento. O estudo buscará compreender como as políticas de saúde são implementadas, identificar as barreiras e os avanços no atendimento a essa população

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender como as políticas públicas de saúde, especialmente a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIAPN+, são aplicadas no contexto dos serviços de saúde.
- Identificar os principais desafios enfrentados pela população LGBTQIAPN+ no acesso e na permanência nos serviços de saúde.
- Analisar as práticas dos(as) profissionais de saúde, em especial dos(as) terapeutas ocupacionais, no acolhimento e cuidado dessa população.
- Refletir sobre a importância da formação profissional na construção de práticas antidiscriminatórias e culturalmente sensíveis no campo da saúde.

2.METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, que visa compreender, por meio da análise de artigos e documentos, os desafios, as práticas e as potencialidades no cuidado em saúde voltado para a população LGBTQIAPN+. A coleta de dados foi realizada por meio de uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas e repositórios digitais, incluindo bases, como SciELO, PubMed, Google Scholar. Os critérios de inclusão consistiram em artigos e documentos publicados entre 2010 a 2025, que abordassem especificamente temas relacionados ao cuidado da saúde da população LGBTQIAPN+ e que fossem de acesso público ou revisados por pares. Documentos que não se alinharam diretamente com o foco da pesquisa ou que estavam fora do escopo temporal foram excluídos. Ao todo, foram analisados 20 artigos e documentos, onde 11 foram utilizados.

3.RESULTADOS

Após a análise sobre a população LGBTQIAPN+, podemos perceber que ainda há um enfrentamento significativo de obstáculos no acesso à saúde, educação, trabalho e demais direitos sociais, em virtude da discriminação estrutural e institucionalizada. Nesse contexto, a Terapia Ocupacional emerge como uma prática de cuidado capaz de promover autonomia, pertencimento e inclusão.

A Terapia Ocupacional atua na promoção da saúde integral da população LGBTQIAPN+, especialmente nas seguintes frentes:

- **Saúde Mental:** Acolhimento de pessoas em sofrimento psíquico decorrente da violência e exclusão.
- **Educação:** Apoio à permanência de jovens LGBTQIAPN+ em espaços escolares seguros.
- **Trabalho e Renda:** Promoção da empregabilidade e de projetos de autonomia financeira.
- **Processos de Transição de Gênero:** Apoio no reconhecimento da identidade de gênero por meio de práticas que favoreçam o bem-estar e a participação ocupacional.

3.1 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E A ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL

Um dos aspectos destacados pela nova geração de pesquisas em Terapia Ocupacional, especialmente aquelas fundamentadas em perspectivas decoloniais, interseccionais ou em teorias críticas e sensíveis é que, para tratar do cuidado em saúde mental da população LGBTQIAPN+, torna-se fundamental abordar a questão da violência. A brutalização do sexo e da sexualidade em nossa sociedade ocorre em um contexto onde sexualidade, criminalidade e violência se constituem de maneira interdependente (MONZELI et al. 2022)

Indivíduos com orientação sexual e identidade de gênero dissidentes da norma (LGBTQIAPN+) são frequentemente alvos de discriminação, denominada LGBTfobia, a qual, na maioria das vezes, se manifesta como violência simbólica, relacionada ao uso da linguagem, ofensas verbais e atitudes discriminatórias. No entanto, essa violência também pode assumir formas mais explícitas, como agressões físicas.

No ano de 2017, o Brasil registrou o maior número de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ dos últimos 37 anos. Em 2018, o país elegeu um presidente amplamente conhecido por declarações LGBTfóbicas, enquanto no cenário internacional o Brasil se destacava pelo assassinato da socióloga e vereadora Marielle Franco- mulher, negra, lésbica e ativista dos direitos da população LGBTQIAPN+.

Em 2021, foram contabilizadas 300 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, um aumento de 8% em relação ao ano anterior. Desse total, 276 foram homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O país segue liderando o ranking mundial de assassinatos contra essa população: uma pessoa LGBTQIAPN+ é morta a cada 29 horas (OLIVEIRA et al. 2022).

De acordo com os dados do projeto de pesquisa Trans Murder Monitoring (TMM), que monitora, coleta e analisa sistematicamente os relatos de assassinatos de pessoas trans, o Brasil permanece como o país com o maior número de registros de homicídios de pessoas trans no mundo.

A relevância desses dados está em evidenciar que discutir o cuidado em saúde mental para a população LGBTQIAPN+ não se trata de uma tentativa de patologizar a homoafetividade ou a transexualidade. Ser LGBTQIAPN+ não representa, por si só, um fator desencadeador de ideação suicida, depressão ou ansiedade. Entretanto, vivenciar violências decorrentes da identidade de gênero ou da orientação sexual pode provocar o surgimento de processos de sofrimento psíquico tanto no plano individual quanto coletivo.

Assim, entende-se que o sofrimento psíquico pode ser uma forma de expressar e nomear dores sociopolíticas, ou seja, sofrimentos que emergem da

vivência em posições sociais marginalizadas, marcadas por desigualdades econômicas, étnico-raciais, culturais, religiosas ou de gênero, entre outras. Em outras palavras, todo sofrimento é, simultaneamente, de ordem psíquica e social. Cada vivência de dor subjetiva inevitavelmente carrega ambas as dimensões.

A saúde mental é um campo de saber e de práticas de cuidado que se articula com diversas áreas do conhecimento como a filosofia, a antropologia, a neurologia, as ciências sociais, as artes e os direitos humanos. Segundo Amarante (2019) própria constituição desse campo favorece uma abordagem que privilegia o pensamento em termos de complexidade.

3.2 PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA TERAPIA OCUPACIONAL

A terapia ocupacional dentro de programas e projetos pode desenvolver um leque de ações, visando ofertar espaços terapêuticos de escuta, expressão e fortalecimento emocional para pessoas LGBTQIAPN+ em sofrimento psíquico decorrente de discriminação e violência. Promove a inserção laboral e geração de renda para pessoas trans e outras identidades de gênero marginalizadas.

Além disso, acompanhar pessoas trans em suas transformações sociais, corporais e ocupacionais, realizando atividades de apoio na reorganização das atividades de vida diária e autocuidado, aconselhamento sobre uso de roupas, próteses e acessórios, construção de identidade ocupacional, acompanhamento nos serviços de saúde e orientações sobre direitos. Ou até mesmo desenvolver prevenção do suicídio por meio de atividades que promovam o pertencimento, a autoestima e a conexão com a comunidade. Sendo Essas atividades incluem: Grupos terapêuticos temáticos, autoimagem, vínculos, projeto de vida, roda de conversa com familiares e rede de apoio, oficinas com foco em resiliência e enfrentamento de estigmas, parcerias com CAPS, ambulatórios LGBTQIAPN+ e centros culturais. Logo, a Terapia Ocupacional pode desenvolver diversos programas e projetos interdisciplinares, voltados à promoção de saúde mental, inclusão social e enfrentamento das violências que atingem a população LGBTQIAPN+.

Além disso, diante da análise feita em leituras é possível observar que a política social de saúde voltada às populações vulneráveis, é uma diretriz que representa um instrumento essencial para a garantia de direitos e promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde. Fundamentada nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) universalidade, integralidade e equidade, essa política preconiza o atendimento humanizado, a territorialização das ações e a atuação intersetorial como estratégias para reduzir as desigualdades sociais que afetam grupos em situação de vulnerabilidade.

No entanto, ainda existem desafios significativos relacionados à escassez de recursos, à formação profissional adequada e à superação de barreiras estruturais e culturais. A prática dos(as) terapeutas ocupacionais na atenção à saúde da população LGBTQIAPN+ é atravessada por importantes potencialidades e desafios, especialmente quando analisada à luz das Políticas de Saúde e Reabilitação no contexto do Brasil.

3.3 Potencialidades

Entre as principais potencialidades, destaca-se a própria essência da Terapia Ocupacional, que reconhece a singularidade dos sujeitos, valoriza os processos de construção identitária e promove a autonomia e a participação social. A atuação crítica e reflexiva do(a) terapeuta ocupacional permite desenvolver práticas que considerem as intersecções de gênero, sexualidade, raça, classe e outros marcadores sociais, contribuindo para a desconstrução de normatividades e estigmas presentes nos serviços de saúde.

Além disso, a existência de políticas públicas como a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIAPN+ (Portaria nº 2.836/2011) oferece respaldo legal para práticas inclusivas, que visem garantir o acesso, a equidade e a integralidade no cuidado. Isso amplia as possibilidades de intervenção, tanto na clínica quanto na gestão, educação em saúde, projetos de vida e fortalecimento de redes de apoio social e comunitário.

3.4 Desafios

Contudo, diversos desafios se impõem no cotidiano profissional. Entre eles, destaca-se a insuficiente formação dos(as) profissionais em temas relacionados às especificidades da população LGBTQIAPN+, tanto na graduação quanto na, pós-graduação, um horizonte para romper esta barreiras seria a promoção de educação profissional permanente. A falta de preparo pode gerar práticas assistencialistas, patologizantes ou que reforçam a marginalização.

Outro desafio recorrente é a presença de barreiras institucionais, como ambientes de saúde que reproduzem violências simbólicas, preconceitos e discriminações, dificultando o acesso e a permanência dessa população nos serviços. Além disso, os próprios sistemas de informação e os protocolos de atendimento muitas vezes não contemplam identidades de gênero e orientações sexuais diversas, o que gera invisibilização e lacunas no cuidado.

Somam-se a isso as fragilidades na efetivação das políticas públicas, que nem sempre são implementadas de forma integral, contínua e territorializada, principalmente em regiões com menor acesso a recursos ou com forte presença de conservadorismos sociais.

4.DISCUSSÃO

Portanto, é imprescindível o fortalecimento contínuo das políticas públicas de saúde com foco nas populações vulneráveis, por meio de investimentos, capacitação das equipes e articulação com demais políticas sociais. Só assim será possível garantir o direito à saúde de forma plena, digna e equânime, contribuindo efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Terapia Ocupacional tem um papel fundamental na promoção da saúde e na garantia dos direitos da população LGBTQIAPN+. Sua atuação se dá na construção de espaços de cuidado que reconheçam as singularidades, as vivências e as identidades dessa população, contribuindo para a redução das desigualdades e das violências estruturais presentes nos serviços de saúde, além de atuar significativamente na promoção da saúde mental e do bem-estar,

da inclusão social e da participação comunitária, na atuação nos serviços de saúde e nos Direitos Humanos e ativismo político.

No que se refere à formação profissional, há um campo fértil para o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas, capazes de sustentar uma prática comprometida com a transformação social. A dimensão ético-política da Terapia Ocupacional exige que o profissional atue de forma ética, respeitando os direitos humanos e considerando os determinantes sociais da saúde. Isso implica não apenas em responder às demandas imediatas dos usuários, mas também em questionar as estruturas que perpetuam exclusões e desigualdades. Assim, é fundamental que a formação contemple conteúdos que preparem os profissionais para um exercício ético, crítico e comprometido com a justiça social, favorecendo práticas que realmente façam diferença na vida das pessoas atendidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidencia-se que a Terapia Ocupacional tem um papel estratégico e transformador no cuidado integral à população LGBTQIAPN+, contribuindo para a efetivação do direito à saúde e para o enfrentamento das desigualdades estruturais que marcam o acesso e a vivência dessa população nos serviços de saúde. O compromisso ético, político e social do terapeuta ocupacional deve orientar uma prática baseada no respeito à diversidade, na escuta sensível e no reconhecimento das singularidades de cada sujeito. Assim, fortalecer políticas públicas inclusivas, promover formações críticas e garantir espaços de cuidado acolhedores e livres de preconceitos são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e equânime, na qual todas as pessoas possam viver com dignidade, pertencimento e bem-estar.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932012000300003>. Acesso em: 13 out. 2025.

DA SILVA, R. G. L. B.; MALFITANO, A. P. S.. **Atos de vida: pessoas LGBTQIA+ em situação de rua e a terapia ocupacional social**. 2023. Acesso em: 13 out. 2025.

DELOLMO, Florisbal de Souza *et al.* Sofrimento mental e dignidade da pessoa humana: os desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, [S.L.]**, v. 38, n. 77, p. 197-220, 27 dez. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2017v38n77p197>.

DOMENE, Fernando Meirinho et al. Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.]**, v. 27, n. 10, p. 3835-3848, out. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232022710.07122022>. Acesso em: 13 out. 2025.

GLOSSÁRIO LGBTQIAPN+: entenda o que é queer, intersexual, gênero fluido e mais. Disponível em: https://www.natura.com.br/blog/mais-natura/glossario-lgbt-entenda-o-que-e-queer-intersexual-genero-fluido-e-mais?gad_source=1&gad_campaignid=21376024770&gbraid=0AAAAADe488hKSb7WDyykZcgY8N4Gz2CDI&gclid=Cj0KCQjw_8rBBhCFARIsAJrc9yANm9uXLWOLB NjktWI9B8o7IJWOUNuT_slJv_S SQuF6cySvBXrzboaAmgIEALw_wcB&gclidsrc=aw.ds#L%C3%A9sbica. Acesso em: 22 maio 2025.

LEITE JUNIOR, J. D., & LOPES, R. E. (2025). Práticas de terapeutas ocupacionais no âmbito das dissidências de gênero e sexualidade: um panorama da atuação no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 33, e3821. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO39423821>. Acesso em: 13 out. 2025

LEONY, M. C. **Homofobia, controle social e políticas públicas de atendimento**. Pernambuco. Recuperado em 03 abril, 2010, da ADEPOL: http://www.adepolse.org.br/Download/Artigo_homofobia_Publica%C3%A7%C3%A3o2%5B1%5D.doc. Acesso em: 13 out. 2025.

MONZELI, G. A. (2022). Terapia ocupacional social, justiça social e população LGBTI+: com quem produzimos nossas reflexões e ações? **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 30(spe), e3095. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoARF234130951>, 13 out. 2025

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (org.). **Relatório: Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2021**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2022. Disponível em:

https://www.washingtonblade.com/content/files/2022/05/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final_1-eng-4.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

RAMOS, S., & CARARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre o ativismo e a academia na elaboração de políticas públicas. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, v.16 n.2 p.185-2005,2006. Acesso em: 13 out. 2025.

VINZÓN, V.; ALLEGRETTI, M.; MAGALHÃES, L. Um panorama das práticas comunitárias da terapia ocupacional na América Latina. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 600-620, 2020. Editora Cubo. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoar1891>. Acesso em: 13 out. 2025.